

SOBRE O PRINCÍPIO REGULATIVO E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IDEIA DE SUSTENTABILIDADE.

Luciano Alvim Fiscina¹

Resumo:

Esta pesquisa visa retomar algumas retóricas que versam sobre o termo sustentabilidade com a intenção de se encontrar perspectivas de *consciência histórica*, uma vez que a *Ecologia* tem se projetado como uma visão contemporânea de mundo. Assim, este trabalho é uma análise semântica do termo sustentabilidade, procurando investigar de que modo a ideia de um espaço-tempo regulado como um ideal da Razão histórica aparece implicado no termo. Sendo assim, parte-se da hipótese que há um operador psicológico presente na estruturação discursiva do termo sustentabilidade, no qual observamos o papel de um princípio regulador e alguns elementos constituintes. A pesquisa conclui que os conteúdos reguladores e constitutivos da ideia de sustentabilidade derivam do próprio percurso civilizatório como um imperativo da Razão histórica frente à questão ambiental que se impõe no contemporâneo.

Palavras-chave: Psicologia Social. Sustentabilidade. Razão Histórica. Crise Ambiental. Cidade Ideal.

ON THE REGULATIVE PRINCIPLE AND THE CONSTITUENT ELEMENTS OF THE IDEA OF SUSTAINABILITY

Abstract:

This article retakes some discourses on sustainability aiming at finding perspectives of historical consciousness, given that Ecology has been projected like a contemporary vision of the world. Thereby this work is a semantic analysis of the term sustainability, focusing on how the idea of a space-time regulated as an ideal of historical Reason appears implied in the term. It is assumed the hypothesis that there is a psychological operator in the discursive structuring of the term sustainability, in which it is observed the role of a regulatory principle and some constituent elements. The research concludes that the regulatory and constitutive contents of the idea of sustainability derive from the civilization route as an imperative of the historical Reason vis-a-vis the environmental question that is imposed in the contemporary time.

Keywords: Social Psychology. Sustainability. Historical Reason. Environmental Crisis. Ideal City.

¹ Doutor em Psicologia Social pela Universidade São Paulo, São Paulo, SP. Professor nas instituições Centro Universitário Anchieta em Jundiaí, do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas e Coordenador acadêmico e professor do Curso de Psicologia da União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP E-mail: psicologia@scelisul.com.br



SOBRE EL PRINCIPIO REGULATIVO Y LOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE LA IDEA DE SOSTENIBILIDAD

Resumen

Este artículo pretende retomar algunas retóricas que versan sobre el término sustentabilidad con la intención de encontrar perspectivas de conciencia histórica, una vez que la Ecología se ha proyectado como una visión contemporánea de mundo. Así, este trabajo es un análisis semántico del término sustentabilidad, buscando investigar de qué modo la idea de un espacio-tiempo regulado como un ideal de la Razón histórica aparece implicado en el término. Siendo así, se parte de la hipótesis de que hay un operador psicológico presente en la estructuración discursiva del término sustentabilidad, en el cual observamos el papel de un principio regulador y algunos elementos constitutivos. La investigación concluye que los contenidos reguladores y constitutivos de la idea de sustentabilidad derivan del propio recorrido civilizatorio como un imperativo de la Razón histórica frente a la cuestión ambiental que se impone en el contemporáneo.

Palabras clave: Psicología Social. Sostenibilidad. Razón Histórica. Crisis Ambiental. Ciudad Ideal.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende refletir acerca da raiz utópico-poética da *ideia de sustentabilidade* e demonstrar que seu gênero político de futuro se inscreve originalmente na esfera psicológica da existência como recurso dialético e contemporâneo da Razão Histórica frente às condições de uma sociedade distópica.

A *ideia de sustentabilidade* requer uma estrutura linguística que pressupõe uma dada atividade cognitiva que antecederia a própria linguagem sobre o tema, pois trata-se de uma estrutura formal de pensamento. No entanto, não corresponderia apenas a uma espécie de princípio regulativo da Razão, mas também constitutivo, cujos conteúdos reportam às tradições da cidade ideal que acompanham a formação do imaginário civilizatório.

Nosso objetivo fundamental neste ensaio teórico é refletir acerca do aspecto psicológico da ideia de sustentabilidade.

A atitude teórica que se apresenta é demonstrar que a análise da sustentabilidade à luz da esfera econômica da existência não atinge a **origem** do Símbolo; a natureza do código lingüístico (sustentabilidade). O substrato psicológico do Símbolo sustentabilidade o revela como uma determinada imagem estética de futuro construída por todas as fibras do imaginário humano.

Neste sentido, a ideia de sustentabilidade pressupõe uma forma sintática e uma atribuição semântica da Razão. O domínio semântico se expressa nos

operadores de dependência que condicionam o termo, o que significa que a existência da ideia de sustentabilidade é condicionada por uma Razão histórica.

O conceito sustentabilidade implica num modo muito peculiar de relacionar o econômico e o psicológico na esfera social. Entretanto, a ideia de sustentabilidade enquanto ideário surge na esfera psicológica da existência como uma necessidade política da Razão e se expressa como um princípio regulativo do ideal da Razão. Já os conteúdos constituintes da ideia de sustentabilidade subjazem a relação dialética entre a esfera econômica, a esfera social, a esfera cultural e a esfera psicológica da existência humana. Assim, o termo sustentabilidade enquanto uma ideia de futuro pressupõe um raciocínio tanto analítico, quanto sintético; tanto formal, quanto ao nível dos conteúdos; tanto regulativo, quanto constitutivo. Representa uma referência espaço-temporal para a Razão Histórica, projetando-se como um campo de tensão e de luta que se esforça em não perder de vista o ideal universal da Razão, a vida justa, a vida boa. É o espelho e a imagem. A moldura e o quadro.

A ideia de sustentabilidade tem um aspecto lógico binário. Ao cercar um cenário, deixa outro de fora. Entretanto, não se trata de um raciocínio formulado na lógica do terceiro excluído aristotélico, o que significa que o termo não abarca uma única alternativa de futuro, mas um conjunto de possibilidades que permitem a contradição e a superação do raciocínio por exclusão. Ou seja, o termo sustentabilidade implica muitos futuros, sendo a única superação necessária e fundamental a desigualdade ao nível econômico.

O aspecto temporal da ideia de sustentabilidade constitui-se por determinação da esfera psicológica e corresponde, por assim se dizer, a um *ideal universal da Razão*, enquanto que o *ideário da sustentabilidade* corresponde ao seu aspecto estendido e determinado pela esfera econômica. Deste modo, a *ideia de sustentabilidade* é abordada na dimensão temporal, baseando-se na definição do tempo histórico braudeliano. Contudo, como ressalta o historiador Fernando Novais (2008; 2010), cada esfera da existência, esfera econômica, esfera social, esfera cultural e a esfera psicológica, tem seu próprio nível de realidade, *longa, média e curta duração*. Ou seja, as esferas apresentam o nível estrutural de longa duração; conjuntural de média duração e de curta duração, chamado acontecimento.

As esferas existem autonomamente, mas não são independentes; uma esfera não explica a outra, mas se constitui com as outras esferas. A confusão entre interpretação econômica da história e materialismo dialético, diz Novais (2008;

2010), é a tentativa de explicar as outras esferas da existência pela esfera econômica, caindo na confusão entre estrutura econômica e níveis de realidade e, conseqüentemente, no economicismo da História. Os fins sociais não podem ser apreendidos como fins econômicos, pois terminariam por absorver as virtualidades e potencialidades da própria História ao nível das mudanças, transformações e revoluções sociais.

Para dar conta do aspecto psicológico do termo sustentabilidade, esta pesquisa se fundamenta na introdução do tempo braudeliano na esfera psicológica da existência. Assim, pretende-se investigar a raiz utópico-poética da idéia de sustentabilidade como um ideal da Razão, porém não no sentido estritamente idealista transcendental kantiano. Trata-se de um ideal de futuro compartilhado no percurso histórico, cujas raízes alcançam às primeiras narrativas míticas sobre a cidade ideal. Como diz o geógrafo francês La Blache (1922), todas as características geográficas têm uma história de longa duração. O lugar geográfico é produto humano na medida em que as civilizações migram, criam mudanças, transformam e, assim, são causas temporais diversificadas de uma mesma história global. O termo sustentabilidade apresenta uma raiz utópico-poética que se fundamenta como lugar semântico de luta por um tipo de sentido histórico para as relações sociais construídas ao longo de um percurso civilizatório, “isto é, a civilização que nos acompanha desde o raciocínio socrático e seu batismo cristão” (DURAND, 1994).

A construção do projeto “civilização ocidental” formou um imaginário civilizatório a partir de um acervo de imagens utópico-poéticas sobre a cidade ideal, as quais completam a estrutura semântica da ideia de sustentabilidade que se impõe como necessidade universal na contemporaneidade. O *ideário da sustentabilidade* é um fator regulamentado nos modos de produção da conjuntura mundial; a *ideia de sustentabilidade* reflete uma disposição espaço-temporal de futuro, a qual depende de novos modelos de socialização que não se sustentam sem a introdução da psicologia social no combate ao alarme das questões ambientais. A sustentabilidade enquanto uma imagem de futuro se completa por meio de aspectos do imaginário civilizatório que constituíram narrativas sobre a cidade perfeita, cidade ideal, as quais não deixariam de implicar numa relação estrutural entre os níveis de realidade braudelianos e as esferas da existência.

Sendo assim, o operador psicológico do termo *sustentabilidade* determina o percurso dessa análise. Reconhece no termo um juízo sintético, utópico, poético e

cibernético de futuro com a função epistemológica de gerar uma aproximação entre as potencialidades das realidades sociais vigentes e o futuro histórico da humanidade.

Apesar das práticas transformadoras da realidade social não estarem fora do sistema econômico, técnico e científico, seu princípio regulativo não poderia ser extraído desses sistemas. As soluções de mercado se mostram insuficientes para tratar do imperativo imposto pela *crise ecológica*, cuja referência é o equilíbrio entre *desenvolvimento social e crescimento econômico*.

O operador psicológico da *sustentabilidade* se encontra nas bases qualitativas que buscam readjetivar os processos da História e, assim, atuar como energia modificadora do fluxo histórico do séc. XX – *crescimento econômico* (visto em primeiro lugar) para o *desenvolvimento social* (visto como consequência do primeiro). Operacionalmente então, o termo “sustentável” é um adjetivo do tempo histórico, sendo a qualidade normativa de um substantivo imperialista – o *desenvolvimento*. Desse modo, abstrai-se do termo *sustentabilidade* um operador psicológico estrutural para a relação binomial entre *desenvolvimento social e crescimento econômico*. Dessa perspectiva, a *ideia de futuro implicada no termo sustentabilidade* antecede a noção moderna de desenvolvimento.

Este trabalho parte do pressuposto de que a concepção de futuro acessível com o *símbolo* sustentabilidade remete utópico-poética da tradição da cidade ideal construída como estrutura do imaginário civilizatório, enquanto que o *ideário da sustentabilidade* se produz no interior da esfera econômica, da qual se extrai os predicados ideológicos de promoção do discurso sobre o “desenvolvimento sustentável”. Dessa forma, vamos realizar uma análise intelectual sobre o termo sustentabilidade, procurando mostrar que o mesmo carrega uma ideia de futuro que se projeta como uma imagem espaço-temporal regulada por um ideal universal da Razão e que busca superar o imperativo ecológico da questão ambiental. Vamos investigar este princípio regulativo e logo a seguir seus elementos constitutivos que reportam à tradição da cidade ideal.

2 SOBRE O PRINCÍPIO REGULATIVO DA IDEIA DE SUSTENTABILIDADE

A ideia da sustentabilidade é resultado do mundo dos fenômenos que constituem a história civilizatória, o que significa que também corresponde a uma dimensão estética e política da Razão, embora não vamos nos deter aqui a essa

reflexão. Por ora, tentaremos dar conta da hipótese que remete o caráter regulativo do termo corresponde a uma ideia ontologicamente indeterminada. Indeterminada em relação ao tempo e ao conjunto de lugares que esta ideia ocupa no espaço, respeitando as devidas diferenças entre espaço e lugar. Ou seja, dito de outro modo, o alcance da ideia de sustentabilidade seria indeterminado. O termo sustentabilidade, portanto, se projeta como uma regra que define o empírico, mas não é determinada por este, tal como o ideal da razão kantiana. Portanto, trata de um ideal em que nenhum limite empírico se impõe como absoluto. Assim, diante da série das condições causais da crise ambiental que se impõe em escala mundial, a sustentabilidade se projeta como uma ideia regulativa que fundamenta o regresso na própria série de condições.

No entanto, ao mesmo tempo em que a ideia de sustentabilidade se torna o único recurso lingüístico disponível para designar o tempo futuro, isto é, não haveria outra palavra para iniciar o respectivo processo de qualificação temporal da existência humana, aparentemente, a ideia de sustentabilidade não diz nada de concreto sobre algum tempo e algum lugar. Deste modo, trata-se de um conceito indeterminado à luz do que se espera encontrar – o ideal, princípio regulativo de todo o processo social implicado no termo sustentabilidade.

Neste sentido, a ideia de sustentabilidade passa a funcionar como uma espécie de *a priori kantiano*, uma regra que prescreve o regresso empírico que deve ser completado para se atingir a totalidade da ideia veiculada com o termo sustentabilidade. Como diz Kant (1787), a ideia tem certa completude que serve à unidade sistemática da razão e que nenhum conhecimento empírico possível chega a alcançar.

Pelo fato do termo sustentabilidade também representar tudo o que está fora dele, e não apenas dentro, a ideia está ligada a um predicado que passa a ser o fundamento originário. Assim, o que está fora da ideia de sustentabilidade participa da determinação do conceito que traz consigo um fundamento moral e um conteúdo empírico. Enquanto a sustentabilidade se projeta como uma ideia necessária à Razão, o mundo sustentável se impõe como um ideal civilizatório. Nos termos de Kant (1787), enquanto a ideia fornece a regra, o ideal serve de arquétipo para a determinação completa da cópia. No caso, cabe a pergunta, qual a realidade objetiva do ideal? Nas palavras do filósofo:

Conquanto não se possa conceder realidade objetiva (existência) a esses ideais, nem por isso eles devem ser considerados quimeras, pois fornecem uma medida indispensável à razão, que precisa do conceito daquilo que é totalmente perfeito na sua espécie para avaliar e medir com base nele o grau e os defeitos daquilo que é imperfeito (Immanuel Kant, 1787; p. 117).

De acordo com Kant (1787), o intuito do ideal da Razão é a determinação completa segundo regras *a priori*. A razão, então, pensa um objeto que deve ser completamente determinável segundo princípios. Do mesmo modo, poderíamos dizer que mediante a emergência ambiental instaurada na contemporaneidade, o imperativo leva a Razão a pensar o futuro a partir das regras impostas pelo termo sustentabilidade. Nesta experiência, o próprio conceito torna-se transcendente.

Enquanto conceito, o termo sustentabilidade está subordinado a um conjunto de predicados que se afinam com os fundamentos da sua determinação completa e que dizem respeito ao seu conteúdo e não à forma lógica. Então, uma das questões corolárias que se coloca é - quais os princípios de determinação que se impõem à idéia de sustentabilidade de modo que ela seja apreensível como um conceito?

A identificação dos seus princípios de determinação revela ao mesmo tempo seu nível de existência material. Deste modo, a ideia de sustentabilidade é comparada ao conjunto de predicados possíveis acerca da cidade ideal. Nesta apreensão da cidade ideal, o conceito de sustentabilidade se estrutura. A ideia de sustentabilidade envolve todo um conjunto de possibilidades que subjaz a determinação do tempo futuro, o qual é inexoravelmente pensado a partir de predicados. O conjunto de predicados que acompanha o termo sustentabilidade permite que seus conteúdos sejam pensados *a priori*. Nas palavras de Kant (1787), “a idéia de um todo implica onde todos os predicados possíveis das coisas podem ser tirados”.

Deste modo, se a ideia de sustentabilidade corresponde à determinação completa do tempo futuro a partir do ideal que se imporia como princípio regulativo da Razão, enquanto que o conceito sustentabilidade compreenderia predicados na medida em que algumas coisas estão incluídas no princípio constitutivo do conceito e outras não, apesar dele abarcar todas as coisas que definem sua emergência como necessária. Como diz Lefebvre (2000), na abstração formal do pensamento filosófico, estabelece-se uma ontologia especulativa que passa a representar a forma e o conteúdo, o espelho e a imagem. A sustentabilidade trata, portanto, não

apenas de um princípio regulador da extensão de um espaço, mas do princípio constitutivo do seu preenchimento, a saber, corpos que já são em si mesmos espaços que possuem espaços. Corpos que habitam; corpos que moram; corpos que se apropriam; corpos que não apenas necessitam de um lugar, mas desejam lugares melhores e não conseguem produzi-los por seus próprios movimentos.

Assim, a sustentabilidade não está diretamente relacionada a um dado tempo a ser alcançado, nem tampouco a um lugar a ser construído; todavia, se aproxima de uma regra prescrita pela Razão para enfrentar situações em que as condições da sociedade distópica passam a superar o sonho utópico, o sonho da sociedade perfeita. Sendo assim, acrescenta-se a esta discussão a tese de que a ideia de sustentabilidade não está separada da cultura, uma vez que se trata de estrutura de raciocínio sobre o mundo substanciado por uma prática social. Portanto, a ideia de sustentabilidade também poderia ser pensada como a presença de um corpo qualificado por predicados que se determinam como forças sociais, forças de mudança e de revolução social.

Devemos investigar com mais cautela e rigor a relação do cognato sustentabilidade com as disjunções lugar e tempo. Nas palavras de Lefebvre (2000), “no começo foi o *topos*”. Com este enunciado o autor quer dizer que os lugares envolvem vivências que estariam antes do espaço pensado e representado. Como diz Lefebvre (2000), o lugar é a secreção de um habitar. Partindo dessa perspectiva, podemos supor que a ideia de sustentabilidade não seria simplesmente uma propriedade intelectual e analítica, mas a inteligência prática dos corpos que habitam os espaços de vida.

De acordo com Jean Piaget (1973), as funções que caracterizam as estruturas lógicas de raciocínio da nossa espécie é *classificar, ordenar, relacionar*. Na ontogênese, toda ação visa o conhecimento do mundo, físico ou social, e envolve classificações e seriações necessárias das próprias experiências. O próprio código do ADN obedece a uma determinada seqüência, uma ordem. A estrutura de ordem é inerente a toda organização viva e ao seu funcionamento. Em tais propriedades de organização lógica da Razão, Piaget (1973) identifica a inferência como o centro dos processos cognitivos. Assim, como ressalta, conhecer implica atribuir significações, incorporando o objeto aos esquemas internos de ação.

Antes da teoria das estruturas dissipativas ser premiada com o Nobel de 1977, devido ao trabalho do químico Ilya Prigogine com os sistemas termodinâmicos

adaptativos, Piaget, ao publicar *Biologia e Conhecimento* em 1973, já introduzia a noção de equilíbrio como uma série de estados relativos entre o sujeito do conhecimento e o mundo empírico (PIAGET, 1973). Ou seja, a própria lógica corresponderia a um processo de equilibração. Nessa obra, Piaget (1973) defende que a finalidade de qualquer sistema adaptativo corresponde aos mecanismos auto-reguladores. A diferença entre Immanuel Kant e Jean Piaget está no fato de que para o primeiro a totalidade é absoluta, enquanto que para o segundo trata-se de uma totalidade relativa; para o primeiro o domínio do *a priori* é absoluto, para o segundo é orgânico, fisiológico, endógeno, envolve leis internas de auto-regulação que se manifestam nos níveis sincrônico, ligado à totalidade relacional do organismo acabado, e diacrônico do desenvolvimento, isto é, característico dos sucessivos períodos de reequilibrações que o organismo sofre na interação contínua com o meio ambiente.

Pensar na teoria de Piaget ajuda a compreender que o processo de significação da ideia de sustentabilidade não é apenas uma estrutura formal de raciocínio, envolvendo classes e relações, mas implica também num sistema de significações que são o centro dos processos de inferência cognitiva sobre o termo. Segundo Cassirer (1944), no mundo humano o futuro se impõe como um ideal, o qual tem sido formulado por meio do termo sustentabilidade e seus princípios reguladores. A partir da próxima seção vamos investigar os elementos constitutivos que predicam o termo, os quais parecem reportar à tradição da cidade ideal e ao imaginário civilizatório.

3 SOBRE OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IDEIA DE SUSTENTABILIDADE

O imaginário civilizatório é permeado por alguns mitos geográficos que se encontram em duas ramificações, uma que leva à concepção da própria origem e outra que conduz à tradição da cidade ideal. Como ressalta Durand (1994), o Ocidente deteve-se ao longo de sua História na criação de um projeto civilizatório que se construiu no imaginário, tomando um “efeito perverso” a partir do icnoclasmo tecnocientífico, “do qual a pedagogia positivista é o resultado triunfante” (DURAND 1994). O séc. XX se orientou pelo lema do progresso científico para o desenvolvimento social, o qual se formalizou como força ontológica e constitutiva do período. Já o séc. XXI não criou exatamente o símbolo da sustentabilidade como um

novo ideal a ser perseguido. A idéia de sustentabilidade opera mais como uma mediação dos sérios rumos históricos que o séc. XX promoveu a ponto de se acionar a nível mundial um alerta ambiental. Assim, se há um lugar de onde começamos a pensar a sustentabilidade, este lugar é o corpo humano e o modo de sua extensão em sua temporalidade. Desse modo, a ideia de sustentabilidade pressupõe princípios regulativos que operam elementos constitutivos. Assumindo uma perspectiva não metafísica, o princípio regulativo do termo seria de natureza histórica. Deve-se ressaltar com isso que os elementos constitutivos são anteriores à atual noção de “desenvolvimento” e se reportam aos primórdios do imaginário civilizatório. As narrativas implicadas no termo sustentabilidade procuram enfrentar diretamente o mito pedagógico tecnocientífico, o qual vem a fundamentar um sistema mundo ideal que faz da tecnologia um sistema de conhecimento privilegiado.

O mito do século XX formou-se a partir de uma atitude moderna que foi uma atitude de negação, de ruptura. Em dezembro de 1784, Immanuel Kant publica num periódico alemão, *Berlinische Monatschrift*, uma resposta à pergunta: *Was ist Aufklärung?* (*What is Enlightenment?*; *O que são as Luzes?*) Como diz Foucault (2000), a filosofia moderna é a que tenta responder à questão lançada, há dois séculos: “*Was ist Aufklärung?*”. Trata-se de um movimento filosófico que procura refletir sobre seu próprio presente e analisá-lo “como um ponto de transição na direção da aurora de um mundo novo” (Foucault, 2000; p. 337). Foucault (2000) discute a questão colocada por Kant (1784) que põe a razão moderna à frente de um estado de “menoridade” e de um estado da vontade que aceita alguma autoridade externa na condução dos domínios em que se convém fazer uso da razão. Por exemplo, “estamos no estado de menoridade quando um livro toma o lugar do entendimento”; “quando um orientador espiritual toma o lugar da consciência”; “quando um médico decide em nosso lugar a nossa dieta” (FOUCAULT, 2000; p. 337). A *Aufklärung* é definida pela “modificação da relação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão” (FOUCAULT, 2000; p. 337). A crítica da filosofia de Kant parte de uma reflexão crítica do presente que coloca o homem como o responsável “por seu estado de menoridade”, um estado de *obediência sem raciocínio*, e, portanto, o único impelido a iniciar uma mudança que ele próprio deve operar em si mesmo. A *Aufklärung* existe no uso livre e público da razão e inaugura na filosofia a era da Crítica (Foucault, 2000). A *Aufklärung* é um

problema político prescrito ao indivíduo como sujeito, podendo *cair*, segundo a crítica foucaultiana, no uso indiscriminado e despótico da razão, *despotismo racional* – “o uso público e livre da razão autônoma será a melhor garantia da obediência, desde que, no entanto, o próprio princípio político ao qual é preciso obedecer esteja de acordo com a razão universal” (Foucault, 2000; p. 340). Comenta Foucault (2000) que a novidade deste texto é a reflexão sobre o papel epistemológico da “atualidade” como diferença na História e como motivo para uma tarefa filosófica particular. A *atitude de modernidade*, então, pode ser definida como uma preocupação com o presente e com a atualidade na busca do *novo* em detrimento do *velho*. Interroga-se o presente para reconstruir a *origem*. Foucault questiona a modernidade mais como uma *atitude* do que como um *período* da *História*. Por *atitude*, quer dizer um modo de relação que concerne à *atualidade* uma escolha *voluntária* que é feita por alguns; uma maneira de pensar e de sentir; uma maneira também de agir e de se conduzir que marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa (Foucault, 2000; pp: 341-342).

O período moderno se caracteriza pela consciência da descontinuidade do tempo histórico, a *ruptura da tradição*, *sentimento de novidade*, *vertigem do que passa*. Ser *moderno*, então, é assumir uma posição neste movimento, “e esta atitude voluntária, difícil, consiste em recuperar alguma coisa de eterno que não está além do instante presente, nem por trás dele, mas nele” (Foucault, 2000; p. 342); a modernidade é uma vontade de heroificar o presente. O conteúdo poético no regime moderno não está no presente *fugidio*, em seu consumo, mas na *busca por alguma coisa* que está no futuro. Uma busca por uma *transfiguração* do real que não implica em sua *anulação*, mas num jogo de tensão entre a *vontade do real* e o *exercício de liberdade*. O conteúdo poético da modernidade se coloca na atitude entusiasta de imaginar o presente, captando o seu significado numa relação *consigo mesmo*. Um exercício de liberdade que está entre o *real* e a *imaginação*. Charles Baudelaire, um dos primeiros a introduzir a poética no questionamento da miséria, da desigualdade social e da crise cultural decorrente da industrialização, representando justamente este sujeito que passa a se ver mutilado e fragmentado pelo presente, um corpo não mais sustentável pelo tempo. A obra *The Waste Land* (1922) do poeta Thomas Stearns Eliot (1888-1965) reflete a distribuição da cidade real em terrenos concretos de individualidades fragmentadas. Os poemas de T. S. Eliot revelam um choque de sensações causado pelo impacto da cidade de pedra na formação de subjetividades

que passam a se constituir mediante os dramas da vida urbana. Em uma parte do poema “Enterro dos Mortos” (1922) é possível observar o questionamento de uma identidade que se vê demarcada por um território sombrio e metafisicamente condicionado a um fim apocalíptico. A obra eliotiana levanta duas problemáticas, o *isolamento* e a *incomunicabilidade do ser humano* no espaço do mundo moderno, os quais vêm a representar a *solidão* e a *ruína* do homem ocidental. Trata-se de uma obra que critica as paisagens prontas. Por exemplo, a pintura de Vicent Willem Van Gogh, “Seara com Ciprestes” (1889), é uma produção artística que indica uma reorganização do imaginário frente ao caótico modo de vida urbano. No século XX, a tecnologia funda um modo de relação entre homem e natureza; se transforma em um novo sistema de dominação e a racionalidade técnica num instrumento de coesão social em função do desenvolvimento do capitalismo (MARCUSE, 1964); o titânico processo econômico e técnico-científico de desenvolvimento social.

Em meados do séc. XX, pós Segunda-Guerra Mundial, as políticas governamentais passam a estabelecer uma diferença entre *desenvolvimento social* e *crescimento econômico*, separando-os pela invenção de um medidor, o produto interno bruto (PIB). O mundo do crescimento econômico passa a ser medido pelo aumento do PIB, índice da riqueza nacional. A partir de 1950, a medida de produtividade homem-hora de trabalho (PIB) teve uma considerável queda nos Estados Unidos (HOBSBAWN, 1995). Os planos do governo americano para o pós-guerra se preocuparam em impedir o que poderia ser uma Nova Grande Depressão com vistas à expansão do socialismo soviético nos anos subsequentes à Guerra Fria. Com isso, a Pesquisa e o Desenvolvimento (*Research & Development*) tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico e para o avanço do capitalismo. “O ‘país desenvolvido’ típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970; o Brasil tinha cerca de 250; a Índia 130; Paquistão 60; Quênia e Nigéria por volta de 30” (HOBSBAWN 1995; p.261). Pós 1950, o PIB passa a ser o orientador do mundo sonhado, imaginado, em intervalos de tempo como cenários de futuro de uma economia militarizada. Paralelamente ao crescimento urbano, as atividades industriais aumentaram o uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural), “cujo possível esgotamento vinha preocupando os que pensavam no futuro desde meados do século XIX” (HOBSBAWN, 1995; p. 258). Entre 1950 e 1973, comenta o historiador, o preço do petróleo saudita custava menos de dois dólares, o que tornava a energia muito

barata. Em resposta, nos anos 70, os discursos ecológicos passam a se orientar pela nova bússola paisagística - o *escurecimento do céu*. Entre 1950 e 1973 as emissões de dióxido de carbono aumentaram nos EUA cerca de 1% ao ano. E, a partir de 1973, o PIB nos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) subiu 7,5 % e a produção industrial 10 % (HOBBSAWN, 1995).

Neste panorama, pode-se compreender o modelo do “desenvolvimento sustentável” como um ideário do mercado globalizado em resposta às crises geradas pelo modelo de desenvolvimento do séc. XX. Na perspectiva de Veiga (2008), o “desenvolvimento sustentável” toma o lugar utópico que outrora fora do socialismo, pois trata de uma concepção de futuro fundada numa sociedade pós-industrial, pós-burguesa, pós-fordista e pós-econômica. Segundo Veiga (2008), o “desenvolvimento sustentável” seria um enigma; um “mágico binômio”; a relação a ser desvendada entre políticas de desenvolvimento, crescimento econômico e sustentabilidade.

A ideia de sustentabilidade se projeta como o mito do século XXI e traz em seu bojo uma narrativa histórica como enfrentamento lógico e semântico à distopia socioambiental produzida pelas políticas de crescimento econômico do séc. XX.

Assim, o termo sustentabilidade não pressupõe um único significado de futuro, mas um campo de possibilidades semânticas aplicadas a uma ordem civilizatória. Desse modo, trata-se de um conceito que instaura um imperativo à razão, cujo gênero histórico retribui um sentido ao passado e um retrato estético ao futuro. A ideia de sustentabilidade atribui um princípio de inteligibilidade entre passado, presente e futuro, projetando possibilidades de emancipação histórica.

Nesta perspectiva, observamos que o termo sustentabilidade reúne linhas de pensamento e sistemas teóricos que fazem referência aos elementos utópico-poéticos presentes nas narrativas sobre a cidade ideal. Ao mesmo tempo, corresponde a um conceito operacional do processo histórico que se impõe à razão como uma necessidade lógica do pensamento socioambiental contemporâneo.

4 CONCLUSÃO

Por esta perspectiva, espera-se ter demonstrado que o aspecto psicológico da ideia de sustentabilidade regula o princípio regulativo do termo e seus elementos

constitutivos. Este ensaio teórico buscou refletir acerca das bases estruturais do termo sustentabilidade, destacando sua dimensão regulativa como um imperativo imposto à Razão histórica pelas próprias condições causais que determinam a crise ecológica e os problemas ambientais respectivos à atual sociedade distópica.

Refletiu-se acerca das bases regulativas e constitutivas que subjazem a ideia de sustentabilidade, demonstrando que o termo tanto pressupõe uma estrutura de raciocínio formal regulada por um ideal, quanto conteúdos constitutivos, adquirindo significação mediante elementos que resultam do próprio percurso civilizatório. Uma das novidades desse trabalho é que a ideia de sustentabilidade pressupõe a presença de um corpo sustentável num espaço sustentável. Este ensaio, portanto, tratou de demonstrar que a ideia de sustentabilidade projeta um retrato estético de futuro como resultado de uma Razão reflexiva sobre seu próprio percursos histórico, tratando de uma episteme acerca do *Logos* e do *Topos*.

Este artigo partiu da premissa que a sustentabilidade se estrutura como um conceito regulador do pensamento socioambiental contemporâneo, constituindo-se como necessidades de inovação tecnocientífica, conservação material e simbólica do mundo vivido e mudança dos panoramas naturais e sociais contemporaneamente experienciados. Buscou-se verificar se da derivação semântica poderia emergir um sistema de referência de análise capaz de estruturar projeções significativas da estrutura semântica do termo sustentabilidade e do seu emprego estratégico. Consideramos que o método de análise permitiu a identificação de formas emergentes de forças semânticas que emanam do termo sustentabilidade, cuja estruturação assume a função de regular as operações de relação das suas dimensões de significação. Assim, a pesquisa demonstra que é possível pensar numa estrutura semântica do termo sustentabilidade independentemente do seu uso estratégico. Sendo assim, seria possível associar o termo sustentabilidade a um conceito de organização e transformação social, cuja função cognitiva reguladora seria de natureza universal. No entanto, observa-se no uso estratégico do termo processos de domínio tecnocientífico do mundo, de caráter econômico-político, os quais procuram afirmar a força do símbolo - sustentabilidade - a favor de intenções que não refletem a complexidade dos processos sociais que deveriam estruturar, segundo a referência analítica deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. (1972). **A longa duração. História e ciências sociais.** Lisboa: Editorial Presença.

CASSIRER, Ernst. (1994). **Ensaio sobre o homem:** introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes.

DURAND, Gilbert.(1994). **L'Imaginaire. Essais sur les sciences et la philosophie de l'image.** Paris: Hatier.

FOUCAULT, Michel. (2000). **O que são as luzes. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de Pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Editora.

HARTOG, François. (1998). **O espelho de Heródoto:** ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

HOBSBAWN, Eric (1995). **A era dos extremos:** o breve séc. XX. São Paulo: Companhia das Letras.

KANT, Immanuel (1991). A crítica da razão pura. Vol. II. **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural.

LA BLACHE, Paul Vidal de. (1922) **Principes de géographie humaine.** Paris : Boulevard Saint-Michel.

LEFEBVRE, Henri. (2000). **La production de l'espace.** 4°. ed. Paris: Éditions Anthropos.

NOVAIS, Fernando. (2008). **Entrevista.** Rev. Bras. Psicanálise, 2, 15-31.

PIAGET, Jean. (1973). **Biologia e conhecimento:** ensaio sobre as relações orgânicas e os processos cognoscitivos. Petrópolis: Vozes.

VEIGA, José Luis da. (2008) **Desenvolvimento sustentável:** desafio do séc. XXI. Rio de Janeiro: Garamond.